

EDIÇÃO 1.182 - De 27 de Julho à 02 Agosto 2026

Todos os caminhos do Senhor são amor e fidelidade para com os que cumprem os preceitos da sua aliança. Salmos 25:10

MT - MS - DF - ANO XXVI

ENTREVISTA DA SEMANA

ARTHUR DO VAL – EX-DEPUTADO

“NÃO FUI CASSADO PELOS ÁUDIOS, FUI CASSADO PORQUE INCOMODEI”, AFIRMA ARTHUR DO VAL SOBRE A PERDA DO MANDATO



VICTOR OSTETTI

PÁGINA 03

ARTIGO

A fila do SUS em Mato Grosso não pode continuar condenando vidas

MAIS NA PÁGINA 2



ELEIÇÃO 2026

|

Ex-deputado Mauro Savi pode ser um dos mais votados para a ALMT

Pesquisas de intenção de voto e articulações políticas colocam o ex-deputado entre os nomes mais competitivos para a disputa da Assembleia Legislativa em 2026.

Após quase oito anos afastado da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o ex-deputado estadual Mauro Savi voltou ao centro das articulações políticas e desponta entre os nomes mais lembrados para a disputa por uma cadeira no Legislativo estadual nas eleições de 2026. Com a pré-candidatura confirmada, Savi intensificou sua agenda política nos últimos meses, ampliando contatos com prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias e representantes de diversos municípios do interior do Estado. A movimentação ocorre em meio à divulgação de pesquisas de intenção de voto que o colocam entre os pré-candidatos com maior potencial eleitoral na corrida pela Assembleia Legislativa. Pág. 7

BARRADA

|

Abilio critica rejeição da LDO e diz que vereadores agiram por disputa pela presidência da Câmara

Após a derrota na votação, chefe do Executivo municipal critica parlamentares, fala em falta de preparo e nega tentativa de interferir na Câmara.



O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), afirmou que a rejeição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pela Câmara Municipal ocorreu por falta de preparo de parte dos vereadores e avaliou que a decisão teve relação com a disputa pela eleição da Mesa Diretora da Casa. Em entrevista após reunião com a presidente da Câmara, Paula Calil, o prefeito disse que a Prefeitura ainda analisa o melhor momento para reenviar o projeto ao Legislativo. Segundo ele, a intenção é garantir que os vereadores tenham tempo para apresentar eventuais alterações. Pág. 5

VAI RECORRER A JUSTIÇA

|

“Não querem investigar”, diz Maria Avallone após CPI sobre assédio ser impedida na Câmara

Vereadora afirma que pedido de investigação foi barrado por questões burocráticas, critica decisão da Procuradoria da Câmara e diz que pode buscar a Justiça para garantir a apuração. Pág. 4



TRAJETÓRIA

|

Gilmar Fabris mantém capital político consolidado e aparece como nome competitivo para novas disputas eleitorais

Com trajetória política construída ao longo de anos, ex-deputado mantém articulação com lideranças do interior, setores produtivos e grupos que acompanham sua atuação em Mato Grosso.

Com uma trajetória marcada pela atuação política em Mato Grosso, Gilmar Fabris continua sendo lembrado como uma liderança com forte presença no cenário estadual, principalmente pela influência construída ao longo dos anos no interior do Estado. A relação próxima com lideranças comunitárias, produtores rurais, empresários e representantes de diferentes setores da sociedade é apontada como um dos principais fatores que mantêm seu nome em evidência nas articulações políticas. Pág. 7



FALTA DE RESPONSABILIDADE

|

Mais de 7,9 mil pessoas morreram no trânsito de MT em dez anos; Cuiabá concentra maior número de casos

Capital mato-grossense ocupa a quinta posição no ranking nacional de mortes por acidentes

ARTIGO

A fila do SUS em Mato Grosso não pode continuar condenando vidas

Mato Grosso é um estado continental. São 142 municípios espalhados por mais de 900 mil quilômetros quadrados. Mas nenhuma distância geográfica justifica que milhares de pessoas passem meses e, em muitos casos, anos aguardando uma consulta, um exame ou uma cirurgia enquanto suas doenças avançam.

Como médica da Atenção Primária à Saúde há mais de 20 anos, conheço essa realidade muito antes de entrar no debate político. Atendi mães desesperadas pela consulta de um filho, idosos perdendo a qualidade de vida à espera de um exame e pacientes com suspeita de doenças graves vivendo a angústia de não saber quando seriam atendidos.

Todos os dias sou acionada por pessoas dos quatro cantos de Mato Grosso relatando que precisam de consulta com especialista, de exame de alta complexidade, de uma vaga de UTI ou de uma cirurgia. São histórias de sofrimento que revelam um sistema que deixou de oferecer respostas

no tempo em que elas são mais necessárias.

Essa realidade também ficou evidente percorrendo cerca de 90 municípios, ouvindo a população de todas as regiões do estado. Encontramos diferentes demandas, mas uma delas apareceu de forma praticamente unânime: a saúde pública é hoje a maior preocupação dos mato-grossenses. A demora na regulação e a dificuldade de acesso aos serviços especializados foram reclamações recorrentes.

A fila da regulação se tornou um dos maiores dramas da saúde pública em Mato Grosso. E há um agravante que torna essa situação ainda mais cruel: o cidadão simplesmente não sabe onde está na fila.

Depois de sair da unidade de saúde com um encaminhamento, ele desaparece dentro do sistema. Não sabe quantas pessoas estão à sua frente, não conhece a previsão de atendimento e passa a conviver com a insegurança. A espera deixa de ser apenas por um procedimento e passa a ser também por uma



resposta.

Isso precisa mudar.

É plenamente possível implantar um sistema digital, acessível pelo celular ou computador, para que cada paciente acompanhe sua posição na fila de consultas, exames e cirurgias. Transparência não resolve todos os problemas, mas devolve dignidade ao cidadão e permite que ele

saiba exatamente em que etapa do processo está.

Mas não basta mostrar a fila. É preciso fazê-la andar.

Em um estado com as dimensões de Mato Grosso, a telemedicina precisa deixar de ser exceção para se tornar política pública. Uma rede estadual de teleconsultas pode aproximar especialistas de quem vive no interior, reduzir deslocamentos,

acelerar diagnósticos e ampliar o acesso à saúde com muito mais eficiência.

Ao mesmo tempo, é indispensável fortalecer a Atenção Primária. Quando o posto de saúde funciona bem, muitas doenças são diagnosticadas precocemente, os pacientes são acompanhados corretamente e menos pessoas precisam enfrentar a longa espera por atendimentos especializados. Investir na atenção básica é investir em prevenção, organização da rede e qualidade de vida.

A saúde pública precisa de gestão, planejamento e tecnologia.

Também precisa de compromisso.

A saúde não pode viver de promessas de fim de mandato. Quem administrou Mato Grosso nos últimos oito anos teve tempo suficiente para modernizar a regulação, dar transparência às filas, ampliar a telemedicina e fortalecer a atenção básica. Se essas soluções são reconhecidas como necessárias agora, por que não foram implementadas antes? O cidadão que esperou anos por uma consulta ou perdeu um familiar na fila do SUS

não pode ser tratado como espectador de promessas feitas no apagar das luzes.

A fila do SUS não é apenas uma lista de nomes. Ela representa vidas interrompidas, diagnósticos tardios e famílias inteiras vivendo sob o peso da incerteza. Em muitos casos, representa pessoas que não resistiram ao tempo de espera.

Mato Grosso pode fazer diferente. É possível construir uma saúde mais humana, mais transparente e mais eficiente, utilizando a tecnologia a favor das pessoas, fortalecendo a atenção básica e garantindo que a distância geográfica nunca mais seja uma sentença para quem precisa de atendimento.

Quem espera por saúde não pede privilégio.

Exige um direito garantido pela Constituição e, acima de tudo, respeito à sua vida.

DRA. NATASHA SHLESSARENKO É MÉDICA, EMPRESÁRIA, PROFESSORA DA UFMT E HÁ MAIS DE 20 ANOS ATENDE NO POSTO DE SAÚDE DO GRANDE TERCEIRO, EM CUIABÁ-MT.

EXPEDIENTE

CENTRO OESTE

Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM

ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26 ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

CENTRO OESTE

Popular

NEXO MT

A INFORMAÇÃO QUE CONECTA MATO GROSSO.

NOTÍCIAS | POLÍTICA | POLÍCIA | CIDADES | ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre bem informado.

ACESSE AGORA
nexomt.com.br

ARTHUR DO VAL – EX-DEPUTADO

ANA CAROLINA GUERRA

“Não fui cassado pelos áudios, fui cassado porque incomodei”, afirma Arthur do Val sobre a perda do mandato



Centro Oeste Popular – Sua cassação pela Assembleia Legislativa de São Paulo ocorreu após a repercussão dos áudios divulgados durante a viagem à Ucrânia. Passados alguns anos, como o senhor avalia aquele episódio? Mudou sua percepção sobre as declarações que fez e sobre a decisão da Assembleia de casar seu mandato?

Arthur do Val – Bom, não poderia ter cometido esse erro. Essa é uma coisa que sempre me perguntam: “Você se arrepende dos áudios?”

Claro que me arrependo, porque eu não deveria ter cometido o erro de confiar e de enviar esse tipo de áudio. Eu não tenho um arrependimento moral, porque não acho que fiz algo moralmente condenável. Fiz uma brincadeira em um grupo privado, em um ambiente privado.

É claro que, quando você tira uma fala do contexto, feita em um ambiente de descontração e brincadeira, e a leva para o ambiente público, isso causa um choque.

Agora, sobre a cassação em si, acho que essa é a parte mais clara dessa história. Todo mundo sabe que eu não fui cassado por causa desses áudios.

Centro Oeste Popular – O senhor afirma que sua cassação foi uma retaliação por ter enfrentado privilégios na Assembleia e não uma consequência exclusiva do episódio que motivou o processo. Que evidências sustentam essa avaliação e como responde aos que defendem que a cassação decorreu da gravidade de suas próprias declarações?

Arthur do Val – Fui cassado porque fui o deputado que mais incomodou as pessoas lá. É sempre importante lembrar que, durante a minha legislatura, um deputado assediou, de fato, uma deputada dentro da Casa, passou as mãos nos seios dela e não foi cassado.

Então, por que eu fui cassado? Fui cassado porque, pela primeira vez na história, foi reduzido o salário dos deputados por causa de uma briga que eu comprei. Pela primeira vez na história, um deputado, sozinho, acabou com o auxílio-peru de todos os deputados e assessores da Casa. Pela primeira vez

na história, um deputado, sozinho, acabou com um contrato milionário de publicidade da Assembleia.

Pela primeira vez na história, os deputados ficaram sem o auxílio-carro de R\$ 4.500 por mês. Pela primeira vez na história também, os deputados não conseguiram aumentar o salário dos fiscais de renda, que, inclusive, haviam feito doações para esses parlamentares.

Eu subi à tribuna, apontei o nome de cada um e disse quanto cada deputado receberia dos fiscais de renda. Então, incomodei muita gente. Em muito pouco tempo de mandato, fui o deputado que mais combateu privilégios na história da Assembleia, como costume dizer.

Eles estavam apenas esperando um deslize meu. Eu cometi esse deslize, e eles aproveitaram para me puxar o tapete.

Centro Oeste Popular – Na pandemia, houve uma redução de 30% no salário dos deputados estaduais. O senhor defendia um corte de 50% e que a medida também alcançasse os cargos comissionados. Por que considera que a solução aprovada foi insuficiente?

Arthur do Val – Na época, protocolei uma proposta para que a redução fosse de 50%, mas a Assembleia aprovou um corte de 30% apenas nos salários dos deputados. Os assessores não tiveram redução.

Na minha avaliação, o corte deveria ter atingido todos: deputados e assessores. Nós travamos essa discussão em abril de 2020, se não me engano, e, ao final, a Mesa Diretora chegou a um acordo: nem os 50% que eu defendia, nem a manutenção integral dos salários. Ficou definida uma redução de

30% apenas para os deputados.

Bom, foi melhor isso do que nada. Pela primeira vez na história, uma medida desse tipo foi adotada.

Centro Oeste Popular – Na época do vazamento do áudio, o senhor e outros integrantes do MBL fizeram pedidos públicos de desculpas. Hoje, olhando em retrospecto, acredita que aquela foi a estratégia correta ou avalia que teria conduzido a crise de outra forma? O senhor se arrepende da forma como lidou publicamente com aquele episódio?

Arthur do Val – Sim. Na verdade, o meu vídeo sobre o episódio não tem a expressão “eu me desculpo”, e isso foi de propósito. O que eu fiz foi um pedido de descul-

pas às pessoas que se decepcionaram com o meu amadorismo. Em meio a uma briga tão grande, cometi esse erro, mas não baixei a cabeça para a patrulha.

Há três coisas que eu não fiz. A primeira: não fingi que o áudio não era meu. Não disse que era inteligência artificial ou que era mentira.

A segunda: não terceirizei a culpa. Não disse que a culpa era do machismo estrutural, do sistema ou de qualquer outra coisa. Assumi que a culpa era minha.

E a terceira: não baixei a cabeça para a patrulha. Não disse: “Olha, pessoal, na verdade eu sou um machista em desconstrução”. Não. Eu falei a verdade: o áudio era meu. Eu falo bobagens e até coisas piores no meu WhatsApp, como, na minha opinião, todo homem hétero saudável faz.

“Ah, então você é machista?” Não. Eu não sou machista. Eu não falei aquilo para nenhuma mulher. Isso é algo que considero muito importante: o alvo daquilo que você diz faz diferença.

Se você chega para uma mulher que está se sentindo gorda e diz “sua gorda”, na minha visão, isso é muito mais condenável do que um homem que, em um grupo privado, apenas com outros homens, fala um monte de besteiras sobre mulheres de forma geral.

Centro Oeste Popular – O senhor afirma que não interpreta um personagem e que mantém coerência entre o discurso e a prática. No entanto, muitas pessoas associam sua imagem ao estilo provocador que marcou o ‘Mamãe Falei’. Como pretende equilibrar essa comunicação mais combativa com a responsabilidade de representar um mandato e dialogar com diferentes setores da sociedade?

Arthur do Val – Não. Na verdade, “Mamãe Falei” é o nome do meu canal. Eu não sou um personagem.

O que existe é que todo ser humano deve ter posturas diferentes em ambientes diferentes. Se estou em um velório, não vou contar uma piada. Se estou em um show de stand-up, não vou fazer um discurso moralista. As pessoas precisam agir de forma compatível com o ambiente em que estão.

Agora, você não pode ser um personagem de si mesmo. E eu não sou. Isso é algo que até quem não gosta de mim reconhece.

Arthur do Val, conhecido nacionalmente como “Mamãe Falei”, é o entrevistado desta edição. Ativista político, influenciador digital e ex-deputado estadual por São Paulo, ganhou projeção nas redes sociais ao produzir vídeos de debates políticos em espaços públicos, tornando-se um dos principais nomes do Movimento Brasil Livre (MBL).

Eleito deputado estadual em 2018 com mais de 478 mil votos, um dos maiores resultados daquele pleito em São Paulo, também disputou a Prefeitura da capital paulista em 2020. Em 2022, teve o mandato cassado pela Assembleia Legislativa de São Paulo após a repercussão de áudios divulgados durante uma viagem à Ucrânia, episódio que marcou sua trajetória política.

Na entrevista, Arthur faz uma avaliação sobre a cassação, comenta os desdobramentos daquele episódio, fala sobre o futuro do MBL, analisa o cenário político nacional e apresenta as propostas que o movimento defende para o Brasil, além de abordar temas como democracia, combate aos privilégios, liberdade de expressão e as eleições de 2026.

Você pode gostar de mim, pode não gostar, pode me odiar ou discordar das minhas ideias, mas eu sou autêntico. Inclusive, nunca perdi a minha base de apoiadores porque ninguém nunca viu o meu discurso seguir um caminho e as minhas atitudes outro.

Por mais que, às vezes, eu faça declarações contundentes ou defenda posições das quais muitas pessoas discordem, ninguém pode dizer que eu falo uma coisa e pratico outra. Isso nunca aconteceu.

Por isso, acredito que ninguém deve ser um personagem de si mesmo.

Centro Oeste Popular- O MBL já elegeu um deputado estadual em Mato Grosso, mas a trajetória dele foi marcada pelo rompimento com o movimento e pela ausência de reeleição. Que lições o MBL tirou dessa experiência e o que seria diferente caso o movimento voltasse a eleger um representante no estado?

Arthur do Val – Cara, que bom que você tocou nesse nome. O Ulisses, infelizmente, contou com o meu apoio na época. Ele não apenas fez um trabalho pífio, como, na minha avaliação, fez justamente o oposto daquilo que a gente defendia.

Não vou citar nomes nem episódios específicos porque não quero responder a processos, mas acredito que as pessoas entendam do que estou falando.

E o que sobrou para ele? Fazer o que muita gente faz: buscar o público menos crítico. Desculpe a expressão, mas é um público que não exige coerência, que prefere idolatrar um político. Basta fingir que você também idolatra essa pessoa para conquistar um espaço e ganhar popularidade.

Agora, nós amadurecemos muito. Aquela eleição foi em 2018, já faz oito anos. Nesse período, o MBL conseguiu filtrar melhor as pessoas que fazem parte do movimento. A própria ruptura com o Bolsonaro serviu como um filtro. Se alguém é oportunista, busca apenas likes, seguidores ou apoio fácil, esse não é o lugar onde vai prosperar, porque nós estamos dispostos a perder para defender aquilo em que acreditamos.

Isso foi fundamental. Além disso, o movimento amadureceu e entendeu que não basta apoiar pessoas que aparentam ser bem-intencionadas. É preciso que elas demonstrem, ao longo do tempo, compromisso com aquilo que defendem.

Vou dizer o seguinte: acredito

que não cometeremos esse mesmo erro novamente. Todo movimento que cresce e reúne muitas pessoas está sujeito a diferentes perfis e diferentes julgamentos morais. Isso faz parte.

O que posso garantir é que as pessoas que estão hoje no movimento passaram por esse processo de seleção. São pessoas que aceitaram perder likes, votos, apoio e até serem xingadas em nome da defesa daquilo em que verdadeiramente acreditam.

Centro Oeste Popular – O senhor afirmou que a pobreza facilita a compra de votos e defendeu a proposta de pagar um auxílio para que parte dos eleitores deixe de votar. Como essa medida seria compatível com os princípios constitucionais do sufrágio universal e da participação democrática, e de que forma evitaria a exclusão política da população mais vulnerável?

Arthur do Val – Mas o ponto é o seguinte: nós temos projetos para, de fato, tirar essas regiões da pobreza. Quando você lê o Livro Amarelo, percebe que, apesar dos memes e das brincadeiras, há propostas sérias para que o Brasil se desenvolva economicamente e deixe de ter lugares onde políticos chegam dizendo: “Eu amo essas pessoas, sempre gostei de cuidar de gente”, mas acabam perpetuando a pobreza porque, nesses locais, é mais fácil comprar votos. Essa é a minha avaliação.

Posso até me parafrasear: eles são mais fáceis porque são pobres. Refiro-me aos eleitores que vendem seus votos. Na minha visão, quanto mais pobre a pessoa está, mais barato ela vende o voto.

Inclusive, temos uma proposta polêmica sobre isso, que chamamos, entre aspas, de “compra do não voto”. A ideia é a seguinte: quem optar por não votar receberia um auxílio do governo para permanecer fora do processo eleitoral.

Segundo essa proposta, quem realmente quisesse participar da eleição abriria mão desse benefício para exercer o direito ao voto. Com isso, pessoas que, na minha avaliação, votam motivadas por promessas de ampliação de programas sociais, como Bolsa Família, Pé-de-Meia ou outros benefícios, deixariam de influenciar a decisão eleitoral.

Na minha visão, isso evitaria que parte do eleitorado votasse motivada por interesses imediatos, enquanto a população economicamente ativa e produtiva, que sustenta o país, teria maior peso nas decisões tomadas nas urnas.

VAI RECORRER A JUSTIÇA

LUCAS LEITE

“Não querem investigar”, diz Maria Avallone após CPI sobre assédio ser impedida na Câmara

Vereadora afirma que pedido de investigação foi barrado por questões burocráticas, critica decisão da Procuradoria da Câmara e diz que pode buscar a Justiça para garantir a apuração

A vereadora por Cuia-bá Maria Avallone afirmou que pretende buscar medidas jurídicas após a decisão da Procuradoria da Câmara Municipal que impediu o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta para investigar uma denúncia de assédio envolvendo uma servidora. Segundo a parlamentar, a iniciativa não será abandonada e novos caminhos serão avaliados para garantir a investigação.

Durante entrevista, Maria Avallone classificou como “lamentável” a decisão e afirmou que a Câmara deveria priorizar a apuração de denúncias relacionadas à violência contra mulheres.

“É muito estranho. Nós estamos aqui na Câmara, onde tem uma mulher que foi assediada, sofreu uma violência e denunciou. E a gente vê uma Câmara que não quer aceitar uma CPI sobre uma pessoa que foi vítima e pediu investigação”, declarou.

A vereadora afirmou que a proposta não representa uma disputa política, mas uma tentativa de esclarecer os fatos apre-



sentados pela denunciante. Segundo ela, a servidora já teria procurado os órgãos responsáveis e solicitado que o Legislativo acompanhasse o caso.

“Não é a Maria Avallone, não são as outras vereadoras ou vereadores que apoiam essa CPI que estão querendo fazer birra. É uma mulher que sofreu uma violência, denunciou e pediu para que a Câmara investigasse”, afirmou.

Maria Avallone contestou a justificativa apresentada para barrar a CPI, que estaria relacionada ao

momento de protocolo do pedido e à existência de outra comissão em andamento na Casa.

A vereadora afirmou que sua equipe jurídica avaliou que o pedido foi apresentado dentro do prazo e que a questão burocrática estaria sendo utilizada como argumento para impedir a investigação. “Minha equipe jurídica não errou. O que está muito claro para mim é que eles não querem investigar”, disse.

Ela também afirmou que avalia recorrer ao Po-

der Judiciário para questionar a decisão.

“Vamos verificar o que podemos fazer. Podemos recorrer à Justiça, sim, porque não é normal o que está acontecendo aqui na Casa”, declarou.

A parlamentar criticou a postura de parte dos vereadores diante do caso e afirmou que esperava maior apoio, principalmente das mulheres que integram o Legislativo municipal.

A Câmara de Cuia-bá possui oito vereadoras, mas, segundo Maria

Avallone, apenas quatro assinaram o pedido de abertura da CPI.

“É triste quando a gente vê uma Casa com 27 vereadores e oito mulheres, e dessas oito mulheres apenas quatro assinaram uma CPI para investigar um caso de violência”, afirmou.

Ela citou ainda outros casos recentes de violência contra mulheres e crianças para defender a necessidade de ampliar os mecanismos de proteção e investigação.

Questionada sobre uma possível influência do prefeito Abílio Brunini nas decisões da Câmara, Maria Avallone afirmou que considera existir uma forte interferência do Executivo no Legislativo, mas disse não ter provas de participação direta do prefeito na decisão sobre a CPI.

“Se ele interferiu mesmo na Câmara para que a CPI de assédio não seja instalada, isso precisa ser analisado. Mas todo mundo sabe que existe uma interferência muito grande do prefeito na Casa”, declarou.

A vereadora afirmou que a presença frequen-

te do prefeito na Câmara demonstra proximidade entre os poderes e disse que o cenário atual merece atenção.

Maria Avallone também comentou sobre as emendas parlamentares e afirmou que ainda não recebeu recursos referentes às indicações feitas neste mandato. “Eu sou uma vereadora nova, estou no primeiro mandato. As minhas emendas são deste ano e até agora eu não recebi nenhuma”, explicou.

Segundo ela, uma das propostas apresentadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tratava de ações voltadas às mulheres, mas a rejeição da peça orçamentária pela Câmara abriu dúvidas sobre o andamento da emenda.

A vereadora afirmou que ainda vai consultar sua assessoria jurídica para entender quais serão os próximos passos.

A discussão sobre a CPI ocorre em meio a uma série de embates internos na Câmara Municipal, envolvendo grupos de vereadores, a relação com o Executivo e a disputa por espaço político dentro da Casa.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL
EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

JORNAL
CENTRO OESTE POPULARA INFORMAÇÃO QUE CHEGA
ONDE VOCÊ ESTÁ!CENTRO OESTE
PopularÉ O JORNAL CENTRO OESTE
POPULAR NAS RUAS.

BARRADA

LUCAS LEITE

Abilio critica rejeição da LDO e diz que vereadores agiram por disputa pela presidência da Câmara

Após a derrota na votação, chefe do Executivo municipal critica parlamentares, fala em falta de preparo e nega tentativa de interferir na Câmara

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), afirmou que a rejeição da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pela Câmara Municipal ocorreu por falta de preparo de parte dos vereadores e avaliou que a decisão teve relação com a disputa pela eleição da Mesa Diretora da Casa.

Em entrevista após reunião com a presidente da Câmara, Paula Calil, o prefeito disse que a Prefeitura ainda analisa o melhor momento para reenviar o projeto ao Legislativo. Segundo ele, a intenção é garantir que os vereadores tenham tempo para apresentar eventuais alterações.

“Estamos analisando o melhor momento para mandar essa LDO novamente, para que os vereadores tenham tempo suficiente para se preparar e apresentar as emendas que entenderem necessárias”, afirmou.

A LDO estabelece as diretrizes para a elaboração do orçamento municipal do próximo ano e serve como uma etapa anterior à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Abilio classificou como equivocada a decisão dos parlamentares que votaram contra a aprovação da matéria. Para ele, a LDO poderia ter sido modificada por meio de emendas, sem a necessidade de rejeição completa do texto.

“Rejeitar a LDO foi um grande equívoco. Eles poderiam alterar,

apresentar emendas e fazer as mudanças que julgassem necessárias”, declarou.

O prefeito também criticou vereadores que, segundo ele, deixaram para apresentar sugestões apenas no fim do processo de tramitação.

Na avaliação de Abilio, houve falta de organização por parte de alguns parlamentares. Ele comparou a situação a um estudante que perde o horário de entrada de uma prova por não chegar antes ao local.

“Foi uma questão de planejamento. Alguns perderam prazo de emenda, não participaram de audiências e depois tentaram resolver no último momento”, disse.

Questionado se a rejeição da LDO teria ligação com a eleição da Mesa Diretora da Câmara, Abilio afirmou que a relação seria evidente.

“Está nítido que eles votaram em grupo por uma questão de eleição da Mesa e reprovaram a LDO”, afirmou.

O prefeito disse ainda que a ausência de dois vereadores no momento da votação teria influenciado o resultado.

Sobre a formação dos grupos dentro da Câmara, Abilio afirmou que a eleição da presidência ainda está indefinida e que nenhum dos grupos possui os 14 votos necessários para garantir a vitória.

“Ninguém tem 14 votos hoje. A eleição



precisa chegar a 14 votos, então não dá para dizer que alguém ganhou ou perdeu”, afirmou.

A escolha da nova Mesa Diretora está prevista para outubro.

Apesar das divergências públicas, Abilio afirmou que mantém diálogo com os vereadores e disse separar as disputas políticas das relações pessoais.

Segundo ele, mesmo parlamentares que fazem oposição continuam sendo tratados com cordialidade.

“Eles fazem o posicionamento político deles, eu faço o meu, mas isso não precisa virar uma questão pessoal”, declarou.

Outro ponto abordado pelo prefeito foi a atual composição da Mesa Diretora, formada apenas por mulhe-

res. Abilio afirmou que considera a formação um marco histórico e criticou movimentos para alterar essa composição.

Segundo ele, sua articulação foi importante para que a Câmara tivesse uma presidência feminina.

“Eu tenho orgulho dessa conquista. É um legado que precisa ser valorizado”, disse.

O prefeito também rebateu críticas feitas por vereadoras sobre a atuação da sua esposa, Samanta, no debate político envolvendo a participação feminina.

Durante a entrevista, Abilio também comentou as discussões sobre uma possível Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relacionada ao ex-secretário municipal Leonel Leite.

O prefeito negou que a administração municipal esteja tentando impedir a abertura de investigação e afirmou que não teria força política para barrar uma CPI dentro da Câmara.

“Eu perdi até a votação da LDO. Como eu conseguiria barrar uma CPI?”, questionou.

Abilio defendeu que os instrumentos de investigação disponíveis no Legislativo sejam utilizados, mas criticou o que classificou como exploração política do caso.

Sobre as críticas relacionadas ao pagamento de emendas impositivas, o prefeito afirmou que os processos seguem critérios técnicos e estão disponíveis no Portal da Transparência.

Segundo ele, parte das emendas envolve entidades que ainda não apresentam documentação considerada adequada pela administração municipal.

Abilio afirmou que a Prefeitura precisa ter cautela antes de liberar recursos públicos e citou operações policiais envolvendo instituições como motivo para reforçar a análise dos processos.

“Não posso liberar recurso para uma entidade sem documentação correta e depois responder por isso”, declarou.

Ao longo da entrevista, o prefeito reforçou que pretende manter o diálogo com a Câmara, mas defendeu que Legislativo e Executivo respeitem os limites de atuação de cada Poder.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

Popular 26 ANOS

QUASE 90% DA POPULAÇÃO

ANA CAROLINA GUERRA

Conectados o tempo todo: excesso de telas preocupa especialistas e desafia qualidade de vida dos brasileiros

Especialistas alertam que o uso excessivo das telas pode provocar ansiedade, insônia, isolamento social e dependência digital

O avanço da tecnologia transformou a forma como os brasileiros trabalham, estudam, se comunicam e se divertem. O celular, que há pouco mais de duas décadas era utilizado quase exclusivamente para chamadas telefônicas, tornou-se uma ferramenta indispensável no cotidiano. Entretanto, à medida que cresce a conectividade, aumentam também as preocupações com os impactos do uso excessivo das telas sobre a saúde física e mental da população.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, em 2024, cerca de 167,5 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais possuíam telefone celular para uso pessoal, o equivalente a 88,9% da população dessa faixa etária. No mesmo período, a internet estava presente em 93,6% dos domicílios do país, alcançando aproximadamente 74,9 milhões de residências.

O acesso também se tornou mais democrático entre as regiões brasileiras. O Nordeste apresentou o maior crescimento na presença de internet entre 2023 e 2024, enquanto o uso continua predominante nas áreas urbanas, onde chega a 94,7% dos domicílios, contra 84,8% na zona rural. O celular permanece como o principal equipamento utilizado para acessar a internet, consolidando-se como parte essencial da rotina dos brasileiros.

Além da expansão da conectividade, o levantamento do IBGE revela



mudanças no consumo de entretenimento. Os serviços pagos de streaming alcançaram 32,7 milhões de domicílios em 2024, um crescimento de 1,5 milhão em relação ao ano anterior. Em contrapartida, a televisão por assinatura segue em retração, presente em apenas 24,3% das residências com aparelho de televisão.

Embora a tecnologia tenha ampliado o acesso à informação e aproximado pessoas, especialistas alertam que o uso descontrolado pode trazer consequências importantes para a saúde. Entre elas está a nomofobia, termo utilizado para descrever o medo excessivo de ficar sem acesso ao celular ou desconectado da internet.

Pesquisas nacionais

e internacionais apontam que esse comportamento já afeta diferentes faixas etárias. Uma revisão científica realizada com mais de 36 mil participantes em 18 países identificou que aproximadamente metade das pessoas apresenta sintomas moderados de nomofobia, enquanto cerca de um em cada cinco entrevistados demonstra sintomas considerados graves.

O problema é especialmente evidente entre adolescentes, considerados nativos digitais. Estudos indicam que aproximadamente 25% dos jovens brasileiros apresentam sinais de dependência da internet. O acesso também ocorre cada vez mais cedo: levantamentos apontam que mais da metade das

crianças com até três anos já utiliza smartphones e que praticamente todos os adolescentes entre 10 e 12 anos têm acesso ao aparelho.

Entretanto, a dependência digital deixou de ser uma preocupação exclusiva dos mais jovens. Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) analisaram estudos realizados ao longo de 11 anos envolvendo cerca de 50 mil idosos, dos quais 11 mil brasileiros, e concluíram que o uso excessivo do celular também está associado ao aumento da ansiedade, da insônia e da dificuldade para identificar golpes virtuais e notícias falsas entre pessoas com mais de 60 anos.

Segundo os pesqui-

sadores, o problema não está apenas na quantidade de horas diante da tela, mas principalmente na forma como esse tempo é utilizado. Conteúdos que geram ansiedade, isolamento ou consumo compulsivo podem provocar impactos mais significativos do que aqueles voltados ao aprendizado, ao entretenimento saudável ou ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Outro fator que preocupa especialistas é a interferência da tecnologia na qualidade do sono. A exposição prolongada à luz emitida pelos celulares reduz a produção de melatonina, hormônio responsável pela regulação do sono, dificultando o descanso e favorecendo

quadros de insônia. Além disso, a necessidade constante de verificar notificações mantém o cérebro em estado de alerta, comprometendo o relaxamento necessário antes de dormir.

Os reflexos também aparecem na produtividade e nas relações sociais. O hábito de interromper atividades para consultar mensagens ou redes sociais reduz a concentração, aumenta o tempo necessário para concluir tarefas e favorece uma sensação permanente de urgência. Ao mesmo tempo, a comunicação presencial acaba sendo substituída por interações virtuais, mesmo quando familiares e amigos estão fisicamente próximos.

Especialistas recomendam que o uso da tecnologia seja acompanhado de estratégias de equilíbrio, como estabelecer períodos sem celular ao longo do dia, evitar o uso do aparelho antes de dormir, praticar atividades ao ar livre e fortalecer momentos de convivência presencial. No caso dos idosos, o incentivo ao letramento digital também é considerado fundamental para reduzir riscos relacionados à desinformação e aos golpes virtuais.

Cada vez mais presente na vida cotidiana, a tecnologia oferece inúmeras possibilidades de comunicação, informação e aprendizado. O desafio, segundo pesquisadores, está em encontrar um ponto de equilíbrio que permita aproveitar seus benefícios sem transformar a conectividade permanente em um fator de prejuízo para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.



DONA AEDE

DIGITAL INFLUENCER

VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.

COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DAS PLANTAS

ELIMINE FOCOS DE ÁGUA PARADA E CUBRA PNEUS E GARRAFAS

LIMPE CALHAS, PISCINAS E QUINTAIS

Ex-deputado Mauro Savi pode ser um dos mais votados para a ALMT

Pesquisas de intenção de voto e articulações políticas colocam o ex-deputado entre os nomes mais competitivos para a disputa da Assembleia Legislativa em 2026

Após quase oito anos afastado da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o ex-deputado estadual Mauro Savi voltou ao centro das articulações políticas e desponta entre os nomes mais lembrados para a disputa por uma cadeira no Legislativo estadual nas eleições de 2026.

Com a pré-candidatura confirmada, Savi intensificou sua agenda política nos últimos meses, ampliando contatos com prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias e representantes de diversos municípios do interior do Estado. A movimentação ocorre em meio à divulgação de pesquisas de intenção de voto que o colocam entre os pré-candidatos com maior potencial eleitoral na corrida pela Assembleia Legislativa.

Mauro Savi exerceu quatro mandatos consecutivos como deputado estadual e, ao longo de sua trajetória política, construiu uma ampla base de apoio



em diferentes regiões de Mato Grosso. Em uma de suas eleições para a Assembleia Legislativa, figurou entre os parlamentares mais votados do Estado, ultrapassando a marca de 47 mil votos.

Analistas políticos avaliam que a experiência acumulada no Parlamento e o relacionamento mantido com

lideranças municipais podem favorecer seu retorno à ALMT. Nos bastidores, interlocutores apontam que o ex-deputado continua exercendo influência política em diversos municípios mato-grossenses.

Levantamentos divulgados ao longo de 2026 colocam Mauro Savi entre os nomes

mais lembrados para deputado estadual. Em uma das pesquisas divulgadas por institutos regionais, ele aparece entre os pré-candidatos mais citados pelos entrevistados. Outro levantamento o inclui no grupo de candidatos considerados com possibilidade de conquistar uma das 24 vagas da Assembleia Le-

gislativa.

Os resultados refletem o cenário no período em que foram realizados e representam intenções de voto, não constituindo previsão do resultado das eleições.

Outro fator que marcou o retorno de Mauro Savi ao cenário eleitoral foi sua mudança partidária. Após deixar o União Brasil, o ex-deputado oficializou sua filiação ao Podemos, legenda que busca fortalecer sua chapa proporcional para as eleições de 2026.

Nos bastidores políticos, a chegada de Savi é vista como estratégica para ampliar a competitividade do partido na disputa pelas cadeiras da Assembleia Legislativa, considerando sua experiência eleitoral e sua presença política no interior do Estado.

Apesar do cenário considerado favorável por parte dos levantamentos eleitorais e das articulações políticas, Mauro Savi também

enfrenta o desafio de reconstruir sua imagem pública após um período marcado por investigações relacionadas à sua trajetória política.

O ex-deputado afirma que pretende apresentar ao eleitorado uma nova fase de sua atuação, pautada pela experiência adquirida e pelo diálogo com os municípios mato-grossenses.

O quadro eleitoral para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso ainda está em formação. A definição das chapas partidárias, das alianças regionais e o desempenho das campanhas ao longo dos próximos meses serão determinantes para confirmar as tendências apontadas pelas pesquisas.

Enquanto isso, Mauro Savi segue entre os nomes observados por lideranças políticas e institutos de pesquisa como um dos principais pré-candidatos na disputa pelas 24 cadeiras da ALMT nas eleições de 2026.

Gilmar Fabris mantém capital político consolidado e aparece como nome competitivo para novas disputas eleitorais em Mato Grosso

Com trajetória política construída ao longo de anos, ex-deputado mantém articulação com lideranças do interior, setores produtivos e grupos que acompanham sua atuação em Mato Grosso

Com uma trajetória marcada pela atuação política em Mato Grosso, Gilmar Fabris continua sendo lembrado como uma liderança com forte presença no cenário estadual, principalmente pela influência construída ao longo dos anos no interior do Estado. A relação próxima com lideranças comunitárias, produtores rurais, empresários e representantes de diferentes setores da sociedade é apontada como um dos principais fatores que mantêm seu nome em evidência nas articulações políticas.

O capital político acumulado por Fabris é resultado de uma trajetória construída com presença em diversas regiões de Mato Grosso. O contato direto com municípios do interior, onde mantém diálogo com lideranças locais e segmentos organizados, fortalece sua posição em um cenário no qual a proximidade com as comunidades tem papel fundamental nas disputas eleitorais.

Para aliados e apoia-



Fabris é justamente a capacidade de articulação e o relacionamento construído ao longo dos anos. A experiência adquirida na vida pública e o conhecimento das demandas regionais são apontados como características que contribuem para manter sua influência política, mesmo diante das constantes mudanças no cenário eleitoral.

No interior do Estado, onde a força das lideranças locais costuma ter

grande peso nas eleições, Fabris ainda mantém uma rede de contatos formada por representantes de diferentes segmentos. Produtores rurais, lideranças comunitárias e integrantes do setor empresarial fazem parte dos grupos que acompanham sua trajetória e que reconhecem sua capacidade de diálogo e articulação.

A avaliação de aliados é que esse conjunto de fatores coloca Gilmar Fabris em uma posição competitiva para uma

eventual disputa eleitoral. O histórico político, a presença regional e a capacidade de mobilização são apontados como elementos que podem contribuir para uma campanha forte, caso ele confirme uma participação nas próximas eleições.

No ambiente político, nomes com experiência e base construída ao longo do tempo costumam ser considerados importantes durante o processo de formação de alianças. A capacidade de reunir

apoios, dialogar com diferentes grupos e construir uma estratégia regional são aspectos considerados fundamentais para quem pretende disputar uma eleição em um Estado com dimensões territoriais como Mato Grosso.

Além da atuação política, Fabris também mantém uma imagem associada ao diálogo com setores produtivos, especialmente aqueles ligados ao agronegócio e ao desenvolvimento econômico dos municípios. Essa aproximação com segmentos estratégicos da economia estadual é vista por aliados como um fator que amplia sua capacidade de interlocução.

A política mato-grossense tem historicamente valorizado lideranças com presença municipal e estadual, principalmente aquelas que conseguem estabelecer conexões em diferentes regiões. Nesse contexto, o nome de Gilmar Fabris continua sendo citado nas conversas políticas e nas articulações que antecedem os próximos ciclos eleitorais.

Apesar das avaliações positivas de seus apoiadores, uma disputa eleitoral

envolve diversos fatores, como alianças partidárias, composição das chapas, cenário político do momento e a escolha dos eleitores. A experiência e o capital político são elementos importantes, mas o resultado de uma eleição depende da construção realizada durante todo o processo.

Com uma trajetória consolidada e uma base de relacionamento construída ao longo de décadas, Gilmar Fabris segue sendo considerado uma liderança com potencial de competitividade no cenário político de Mato Grosso. A capacidade de articulação, especialmente junto às cidades do interior, mantêm seu nome presente nas discussões sobre os rumos da política estadual.

Nos próximos meses, o movimento dos partidos e as definições de candidaturas devem indicar o espaço que cada liderança ocupará no processo eleitoral. Dentro desse cenário, Fabris aparece como um nome que reúne experiência, reconhecimento regional e uma estrutura política construída ao longo de sua trajetória pública.

FALTA DE RESPONSABILIDADE

ANA CAROLINA GUERRA

Mais de 7,9 mil pessoas morreram no trânsito de Mato Grosso em dez anos; Cuiabá concentra maior número de casos

Capital mato-grossense ocupa a quinta posição no ranking nacional de mortes por acidentes



Cuiabá figura entre as capitais brasileiras com os índices mais elevados de mortalidade no trânsito, consolidando um cenário que preocupa especialistas, familiares de vítimas e autoridades. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), compilados pelo Observatório da Saúde Pública da Umane, apontam que a capital mato-grossense registrou taxa de 18,9 mortes por acidentes de transporte para cada 100 mil habitantes, índice superior à média nacional, de 18 óbitos por 100 mil habitantes.

O levantamento coloca Cuiabá na quinta posição entre as capitais com maior taxa de mortalidade no trânsito do país, atrás apenas de Palmas, Porto Velho, Teresina e Boa Vista. Logo atrás aparecem Campo Grande e Goiânia. Em contraste, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador registram algumas das menores taxas do Brasil.

O cenário local acompanha uma realidade ainda mais preocupante em Mato Grosso. Dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) mostram que mais de 7,9 mil pessoas perderam a vida em acidentes de trânsito ao longo da última década. No período analisado, o número

anual de mortes praticamente dobrou, saltando de 531 para 1.043 vítimas, crescimento de aproximadamente 96%.

Apenas cinco municípios concentram cerca de 40% de todas as mortes registradas no estado. Cuiabá lidera o ranking, com mais de 1,1 mil óbitos ao longo da década. Em seguida aparecem Sinop, com 628 mortes, Várzea Grande, com 601, Rondonópolis, com 572, e Sorriso, com 253 vítimas fatais.

Enquanto o Brasil apresentou redução recente nos registros de mortes no trânsito, o estado seguiu na direção oposta. A taxa estadual alcança 26,79 mortes para cada 100 mil habitantes, mais que o dobro da média nacional, estimada em 11,69 mortes por 100 mil habitantes.

Em âmbito nacional, os acidentes de trânsito provocaram mais de 38 mil mortes, configurando o maior número registrado nos últimos anos e mantendo uma sequência de crescimento observada desde o período pós-pandemia. A mortalidade nacional aumentou cerca de 14% no período, evidenciando o agravamento da violência nas ruas e estradas brasileiras.

Os homens continuam sendo as principais vítimas, representando mais

de 82% dos óbitos registrados. A faixa etária mais atingida concentra adultos entre 25 e 54 anos, grupo que reúne mais da metade de todas as mortes contabilizadas. Os dados também apontam que pessoas pardas lideram as estatísticas nacionais de vítimas fatais.

Além das perdas humanas, os acidentes geram impactos significativos para a saúde pública. Somente os acidentes envolvendo motociclistas resultaram em mais de 150 mil internações no Sistema Único de Saúde (SUS), crescimento superior a 260% em comparação aos registros observados pouco mais de uma década atrás.

Para o representante da Associação dos Familiares Vítimas da Violência no Trânsito de Mato Grosso (AFVV), Heitor Reyes, a combinação entre álcool e direção continua sendo um dos principais fatores associados às tragédias registradas diariamente nas vias urbanas e rodovias. Segundo ele, apesar dos avanços obtidos com a fiscalização e a aplicação da Lei Seca, ainda existe sensação de impunidade em muitos casos.

Além disso, defende o endurecimento das penalidades para motoristas envolvidos em acidentes

fatais e aponta a reincidência como um dos fatores que demonstram a necessidade de medidas mais rigorosas. Outro problema destacado por ele é a infraestrutura urbana.

Segundo o representante da entidade, a falta de manutenção do asfalto, a presença de buracos, sinalização deficiente e a ausência de alertas adequados em trechos em obras aumentam significativamente os riscos para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

Os números ganharam ainda mais destaque após uma sequência de acidentes registrados em Cuiabá, Várzea Grande e municípios do interior, que deixaram pelo menos sete mortos em poucos dias.

Um dos casos mais recentes e que reforçou o debate sobre a segurança viária ocorreu na Avenida da FEB, em Várzea Grande. Imagens registradas por câmeras instaladas em um caminhão flagraram o acidente que resultou na morte de Alice da Silva Barros, de 64 anos.

As imagens mostram o momento em que um veículo colide contra carros que estavam parados próximos a uma faixa de pedestres, provocando uma sequência de impactos. De acordo com a investigação da Delegacia Especializa-

da de Delitos de Trânsito (Deletran), o motorista não percebeu a parada dos veículos à frente e não manteve a distância de segurança exigida pela legislação.

Com a colisão, um dos automóveis foi lançado contra uma motocicleta. O motociclista perdeu o controle, subiu na calçada e atingiu Alice e sua irmã, Paulina Neres de Barros, de 70 anos. Um dos veículos envolvidos ainda parou sobre Alice, que morreu no local. Outras vítimas ficaram feridas e foram encaminhadas para atendimento médico.

Segundo a Polícia Civil, o motorista apontado como responsável pelo acidente responderá por homicídio culposo na direção de veículo automotor. Conforme a investigação, ele permaneceu no local, colaborou com os procedimentos policiais e realizou o teste do bafômetro, que não indicou consumo de álcool.

Outros acidentes recentes reforçam a gravidade da situação. Na MT-010, em Rosário Oeste, uma colisão entre veículos provocou a morte da dentista Maria Salete Ottonelli, de 66 anos, além de Antônio Souza, de 57 anos, e sua esposa, Adailce dos Santos, de 55 anos.

Na BR-070, entre Nos-

sa Senhora do Livramento e Várzea Grande, um motociclista de 62 anos morreu após ser atingido por uma caminhonete. Informações preliminares apontaram deficiência de iluminação pública e problemas de sinalização como fatores que podem ter contribuído para o acidente.

Em Cuiabá, dois jovens motociclistas também perderam a vida em ocorrências distintas. Felipe Alves de Oliveira, de 19 anos, morreu após colidir contra um poste na Avenida das Torres. Já Sávio Henrique Martins Silva, de 26 anos, faleceu depois de perder o controle da motocicleta e atingir um poste na Avenida Fernando Corrêa da Costa.

Casos semelhantes também foram registrados em municípios do interior, como Matupá e Nova Mutum, ampliando a estatística de vítimas fatais no estado.

Os números revelam que o desafio vai além da fiscalização. Especialistas defendem investimentos contínuos em educação para o trânsito, melhoria da infraestrutura urbana, ampliação da sinalização, manutenção das vias e campanhas permanentes de conscientização.

DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO

ANA CAROLINA GUERRA

Inadimplência dispara e cuiabanos mantém alta de 48% e dívida média passa de R\$ 6,5 mil

Bancos concentram mais de 60% das dívidas, enquanto apostas online passam a ser apontadas como novo fator

A inadimplência continua em alta em Cuiabá e já alcança um patamar que preocupa o comércio e o setor produtivo. Levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), divulgado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL Cuiabá), mostra que 258 mil consumidores da Capital estão com restrições no CPF. O número representa 48% da população adulta do município.

Mesmo com uma pequena redução em relação ao mês anterior, quando houve queda de 0,65%, o cenário permanece preocupante. Na comparação com junho do ano passado, a quantidade de inadimplentes aumentou 5,05%. Em Mato Grosso, o crescimento foi ainda

maior, chegando a 7,61%, o que evidencia o avanço do endividamento em todo o Estado.

Os dados revelam que a maioria dos consumidores negativados é do sexo masculino, representando 52,04% do total, enquanto as mulheres correspondem a 47,66%. A idade média dos inadimplentes é de 45 anos, com maior concentração entre pessoas de 30 a 39 anos, seguidas pelas faixas de 40 a 49 anos e de 50 a 64 anos.

O levantamento também chama a atenção para o peso das dívidas no orçamento familiar. Cada consumidor com restrição de crédito deve, em média, R\$ 6.577,36. Além disso, o tempo médio de atraso é de 29,3 meses, demonstrando que muitas famílias

enfrentam dificuldades para reorganizar as finanças. Mais de um terço das pendências permanece em aberto entre um e três anos, enquanto quase um quarto ultrapassa quatro anos sem pagamento.

O setor bancário concentra a maior parte das dívidas registradas, respondendo por 60,66% dos débitos. Na sequência aparecem o comércio, com 14,72%, os serviços de água e energia elétrica, com 9,88%, empresas de comunicação, com 2,92%, além de outros segmentos, que somam 11,82%.

Para o presidente da CDL Cuiabá, Júnior Macagnam, o cenário reforça a necessidade de ampliar ações de educação financeira para ajudar as famílias a administrar melhor

seus recursos e evitar o superendividamento. Segundo ele, outro fator que tem agravado a situação é o crescimento das apostas online, que vêm comprometendo parte significativa da renda de muitos consumidores.

Na avaliação do dirigente, o fácil acesso às plataformas de apostas tem levado pessoas a recorrerem a empréstimos e ao uso excessivo do crédito para tentar recuperar perdas, criando um ciclo de endividamento que afeta não apenas a vida financeira, mas também o ambiente familiar.

O panorama estadual segue a mesma tendência observada em Cuiabá. Dados do SPC Brasil indicam que 48,34% da população adulta de Mato Grosso



possui algum tipo de restrição de crédito, percentual que mantém o Estado entre os que registram elevado nível de inadimplência.

Para a CDL Cuiabá, além da recuperação da economia, a combinação

entre planejamento financeiro, consumo consciente e maior orientação à população será fundamental para reduzir os índices de inadimplência e restabelecer a capacidade de consumo das famílias nos próximos meses.